

EDITORIAL

Prezado Membro da Rede de Ética do Poder Executivo Federal,

Temos novidade na Comissão de Ética Pública (CEP)! A sexta vaga do colegiado passou a ser ocupada pelo Advogado **Fábio Prieto de Souza**, ex-Desembargador Federal e ex-Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Nesta edição do Boletim, trazemos detalhes da **posse**, que aconteceu no dia 24 de maio.

Também no fim de maio, **a CEP completou 23 anos** e fizemos uma matéria com motivos de sobra para comemorar essa data! Além disso, divulgamos duas oportunidades importantes para o Sistema: estão abertas as inscrições para o **Concurso de Boas Práticas** e para o **Encontro Regional do SGEP – Norte/Nordeste**, que acontecerá nos dias 21 e 22 de junho, em Fortaleza/CE. Todos podem participar!

O Boletim ainda traz informações sobre reuniões **para formulação de parcerias para promoção da ética**, sobre a **visita da Comissão de Ética da CBTU** à Secretaria-Executiva da CEP (SECEP) e acerca de **palestras** que abordaram assuntos de interesse do Sistema.

Para auxiliar as comissões setoriais em seus trabalhos, damos continuidade à divulgação das **Dúvidas Frequentes** elaboradas a partir de consultas encaminhadas à CEP. Damos publicidade também à recente decisão da CEP que trata sobre sua competência **em face de Conselheiros de Administração de estatais federais**.

Por fim, o texto de apoio "**Minuto da Ética**" fala sobre **Ética e Profissionalismo**, tendo em vista os 28 anos de **aprovação do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal**. A recomendação da Secretaria-Executiva da CEP é de que o "**Minuto da Ética**" seja distribuído e/ou veiculado em meio virtual nos órgãos e entidades, para disseminação de orientações sobre conduta ética e para publicidade do trabalho das Comissões setoriais.

O Boletim Informativo do SGEP é um instrumento de divulgação para todos nós! **Se sua Comissão tiver alguma sugestão de texto, ação ou material a ser divulgado, solicitamos que nos envie!**

Brasília, junho de 2022

Secretaria-Executiva da CEP

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

Palácio do Planalto, Anexo III, Ala B, sala 209, CEP 70.150-900 Brasília/DF | (61) 3411-2952/2924
<http://etica.planalto.gov.br>

DESTAQUE

Fábio Prieto toma posse como Conselheiro da CEP

O Advogado Fábio Prieto de Souza, ex-Desembargador Federal e ex-Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, tomou posse na Comissão de Ética Pública (CEP) no dia 24 de maio e passa a ocupar a sexta vaga do



colegiado composto de brasileiros e brasileiras que contribuem para o desenvolvimento de uma cultura ética perene no Estado brasileiro. O novo Conselheiro exercerá a função por um mandato de três anos.

Além de Advogado, Fábio é Conselheiro do Conselho Superior de Estudos Jurídicos do Instituto Roberto Simonsen, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, e do Conselho Superior de Direito da Federação do Comércio do Estado de São Paulo. Também é titular da Cadeira 57, da Academia Paulista de Letras Jurídicas.

Presente na cerimônia, o Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Eduardo Ramos, destacou o importante trabalho feito pela Comissão de Ética Pública e desejou sucesso ao novo conselheiro na relevante missão de aprimorar ainda mais o Sistema.

Em sua posse, Fábio Prieto agradeceu o apoio e ressaltou o clima positivo existente para se fazer o trabalho da melhor forma possível. “Essa é mais uma importante colaboração que posso dar ao país. O tempo nos dá um senso de dever, de maturidade, e o que me traz aqui hoje é um grande senso de responsabilidade com o país. Assim sendo, espero poder aprender ainda mais, ouvir e poder ser ouvido, para aprimorar ainda mais o trabalho que vem sendo feito”, disse.

O presidente da CEP, Antonio Carlos Vasconcellos Nóbrega, falou sobre o trabalho complexo e desafiador feito pela CEP. “Quando se fala de ética, falamos de valores e princípios abstratos, às vezes de difícil aplicação em casos concretos vivenciados por servidores e agentes da Administração Pública Federal. Ter um colegiado forte ajuda a tratar dessas questões para que possamos calibrar a bússola da integridade, ou

seja, analisar situações de forma com que a bússola possa apontar o caminho adequado a ser seguido, aplicando-se os princípios da ética”, explicou.

Acrescentou que, mesmo que o trabalho do colegiado seja voltado para a Alta Administração Federal, zelar pela postura desse público influencia a conduta de todos os servidores da Administração Pública. Ressaltou que a trajetória profissional do novo conselheiro evidencia que sua presença será importante para o cumprimento da missão da CEP.

Antonio Carlos finalizou seu discurso ressaltando a importância da função de conselheiro da CEP, que é conhecida, pela própria norma, como altamente relevante para o Estado brasileiro. “É uma função não remunerada, mas que remunera a alma, pois estamos tratando de valores e princípios para a criação de uma sociedade mais justa, que trate de valores relacionados ao bem comum e que atenda aos interesses da sociedade.”



Também estavam presentes na cerimônia de posse o Secretário Executivo da CEP, Ricardo Wagner de Araújo, e os Conselheiros da CEP, Edson Leonardo Dalescio Sá Teles e Edvaldo Nilo.

Comissão de Ética Pública completa 23 anos de existência

No dia 26 de maio, a Comissão de Ética Pública (CEP) completou seu aniversário de 23 anos. Composta por até sete brasileiros dotados de idoneidade moral, reputação ilibada e notória experiência em administração pública, a



CEP é a instância consultiva do presidente da República e de Ministros de Estado em matéria de ética pública. A CEP atua, também, na análise de

conflito de interesses e na apuração de infrações éticas dos integrantes da Alta Administração Federal.

Dentre os trabalhos realizados pela Comissão, destaca-se a coordenação e supervisão do Sistema de Gestão da Ética Pública do Poder Executivo Federal (SGEP), integrado, atualmente, por aproximadamente 250 comissões de ética setoriais, vinculadas aos órgãos e entidades públicas federais. Em seu papel de coordenadora, nos últimos 3 anos a CEP respondeu cerca de 100 respostas a consultas formuladas pelas comissões setoriais, esclarecendo as mais variadas dúvidas sobre a matéria. Atuante também na capacitação de agentes públicos na Gestão da Ética, os cursos promovidos pela CEP certificaram quase 8 mil deles ao longo de sua existência.

Além de cumprir seu papel orientativo e educacional, a CEP trabalha, ainda, no fortalecimento do SGEP. Nesses 23 anos, organizou sete edições do Concurso de Boas Práticas, iniciativa voltada a premiar experiências exitosas que tenham sido implementadas por comissões de ética setoriais em seus órgãos, com o objetivo de incentivar o compartilhamento dessas ações entre os demais integrantes do Sistema. Nesse mesmo período, houve, ainda, a realização de 22 Seminários "Ética na Gestão", evento promovido anualmente pela CEP para promoção e disseminação da matéria ética no serviço público, com debates envolvendo agentes públicos, autoridades e especialistas no tema.

Na área de conflito de interesses, a fim de verificar situações pessoais e patrimoniais dos integrantes da Alta Administração federal, a CEP analisou mais de 7 mil Declarações Confidenciais de Informação (DCI) nos últimos 5 anos. Desde dezembro de 2021, essas antigas declarações foram substituídas pela Declaração de Conflito de Interesses e passaram a ser apresentadas por meio do Sistema Eletrônico de Informações Patrimoniais e de Conflito de Interesses (e-Patri).

Além das DCI, a CEP julgou cerca de 2.100 processos de conflito de interesses e de apuração de infração ética contra altas autoridades nos últimos 5 anos, contabilizando em média 435 processos por ano.

Considerando apenas o ano de 2022, até 30 de abril foram julgados 78 processos de conflito de interesses e de processos éticos. Neste ano, a CEP retomou, ainda, os Encontros Regionais do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, que têm como objetivo promover a cooperação técnica e a troca de conhecimento entre as comissões setoriais, bem como avaliar a qualidade da gestão da ética nos órgãos e entidades públicas federais. A primeira edição deste ano, realizada no Rio de Janeiro, foi voltada ao público das regiões Sul e

Sudeste e contou com mais de 100 representantes de comissões de ética. A segunda edição será dirigida às regiões Norte e Nordeste e acontecerá em Fortaleza, nos dias 21 e 22 de junho. Em agosto, Brasília receberá o Encontro Regional do SGEP – Centro-Oeste.

Nas palavras do Presidente da CEP, Antonio Carlos Vasconcellos Nóbrega, a criação da Comissão de Ética Pública, há 23 anos, foi uma demonstração inequívoca de que a promoção da ética se tornaria uma política de Estado. "Ao longo dos anos, notáveis brasileiros e brasileiras compuseram o colegiado e sua atuação incansável consolidou a missão da CEP como órgão responsável pela promoção da ética do Governo Federal. Assim, é com enorme satisfação que celebramos o dia de hoje, buscando manter o padrão de excelência dos trabalhos realizados por nossos antecessores", completou.

Portanto, o aniversário da CEP é um dia especial! As atividades da Comissão de Ética Pública, bem como das comissões que compõem o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, são fundamentais para o fortalecimento da ética na Administração Pública federal, seja orientando o servidor público e as altas autoridades na manutenção de uma conduta ética e proba no trabalho, seja atuando como órgão sancionador, de modo a coibir condutas incompatíveis com aquela que a sociedade espera de todo agente público.

BOAS PRÁTICAS

Inscrições para o Concurso de Boas Práticas podem ser feitas até 31 de agosto

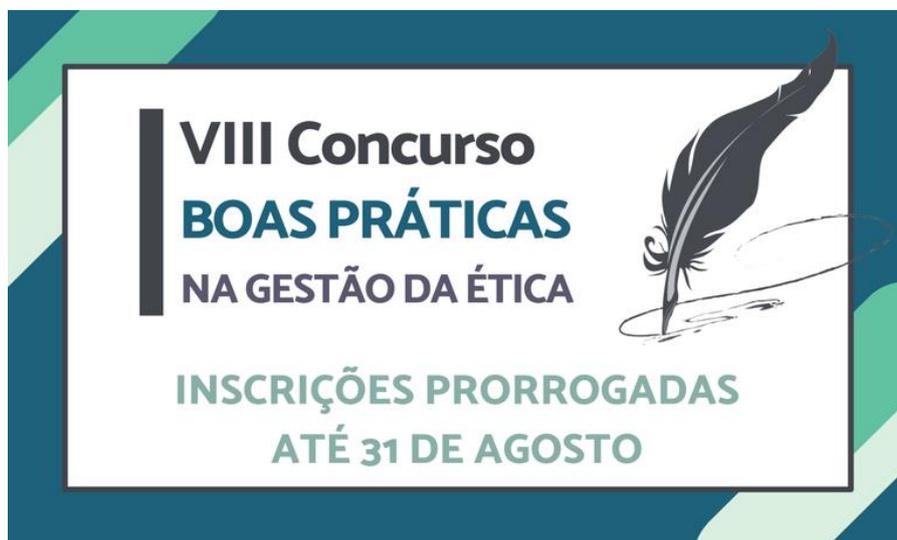
A Comissão de Ética Pública divulga a [retificação do calendário do VIII Concurso de Boas Práticas na Gestão da Ética](#). Conforme anunciado anteriormente, em virtude de alterações no calendário de eventos da CEP do primeiro semestre de 2022, as inscrições para o Concurso foram prorrogadas e os projetos poderão ser inscritos **até 31 de agosto**. A divulgação dos resultados está prevista para a segunda quinzena de outubro e a premiação ocorrerá em dezembro, no Seminário Ética na Gestão.

Os projetos devem ser apresentados por membros ou secretários-executivos de comissões de ética dos órgãos e entidades da Administração Pública federal exclusivamente por meio do [formulário](#)

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

[disponível aqui](#). Para concorrer, as práticas em gestão da ética deverão estar implementadas até o fim do período de inscrição.

Neste ano, poderão ser inscritas as iniciativas apresentadas nos Concursos de 2020 e 2021 e que ainda não tenham sido premiadas. Os projetos devem ser inscritos levando-se em consideração duas categorias, sendo “A” referentes a instituições pertencentes à Administração Direta, Autarquias, Fundações Públicas e demais instituições de ensino e “B” referentes às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. As demais instruções para as inscrições podem ser acessadas no [edital](#) disponível na [página do Concurso](#).



Restaram dúvidas?

A Secretaria-Executiva preparou um documento contendo perguntas e respostas relacionadas ao Concurso.

O arquivo pode ser acessado na página da CEP, [clikando aqui](#).

(O documento de Perguntas e Respostas contém as datas dispostas no edital de lançamento do Concurso. As datas a serem consideradas devem ser as dispostas no [Calendário retificado](#))

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

Palácio do Planalto, Anexo III, Ala B, sala 209, CEP 70.150-900 Brasília/DF | (61) 3411-2952/2924
<http://etica.planalto.gov.br>

INFORMES

Inscrições abertas para o 2º Encontro Regional do Sistema de Gestão da Ética Pública do Poder Executivo Federal de 2022

Estão abertas as inscrições para o 2º Encontro Regional do Sistema de Gestão da Ética Pública do Poder Executivo Federal de 2022, voltado a temas de interesse das comissões de ética setoriais das regiões Norte e Nordeste. O evento ocorrerá nos dias **21 e 22 de junho**, de forma presencial, na sede do Banco do Nordeste (BNB) - Fortaleza/CE. Todos estão convidados a participar.



O encontro abordará temas como desafios para a promoção da ética na administração pública, além de assuntos abordando gestão da ética, resolução de conflitos interpessoais, conflito de interesses, entre outros. Também serão apresentadas boas práticas sobre gestão da ética por comissões de ética setoriais. [Acesse aqui a programação do evento.](#)

A solenidade de abertura ocorrerá no dia 21 de junho, às 14h. No dia 22, a manhã será reservada a atividades práticas com membros e responsáveis por comissões de ética setoriais, abordando as fases do Procedimento Preliminar (PP) e do Processo de Apuração Ética (PAE). E, à tarde, teremos mais debates sobre ética pública com especialistas e autoridades da área.

É importante estar ciente de que para ter acesso às instalações do BNB **é obrigatória a apresentação do cartão de vacinação**, com o ciclo vacinal completo contra covid-19.

[FAÇA AQUI SUA INSCRIÇÃO!](#)

Acompanhe a [página do Encontro Regional do SGEP - Norte/Nordeste](#) para mais informações.

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

Palácio do Planalto, Anexo III, Ala B, sala 209, CEP 70.150-900 Brasília/DF | (61) 3411-2952/2924
<http://etica.planalto.gov.br>

Encontros do SGEP

Os encontros regionais do SGEP têm como objetivo promover a cooperação técnica e a troca de conhecimento entre as comissões setoriais, bem como avaliar a qualidade da gestão da ética nos órgãos e entidades públicas federais. Assim, as reuniões são palco de debates de temas relacionados à ética e gestão da ética pública, envolvendo agentes públicos e especialistas, e de compartilhamento de experiências e instrumentos para a consolidação da cultura ética no Poder Executivo federal, considerando a realidade dos órgãos e entidades das regiões envolvidas. Após Fortaleza, está previsto para ocorrer em Brasília, em agosto, o Encontro Regional do SGEP - Edição Centro-Oeste. Prepare-se!

CEP e Prefeitura de São Paulo fazem reunião com vistas ao fortalecimento da ética na Administração Pública

O presidente da Comissão de Ética Pública (CEP), Antonio Carlos Vasconcellos Nóbrega, e o Conselheiro Francisco Bruno Neto reuniram-se, no dia 25 de maio, com o Controlador-Geral do município de São Paulo, Daniel Falcão, para tratar de cooperação técnica e intercâmbio de experiências entre as instituições.



A cooperação com a Prefeitura de São Paulo faz parte da estratégia da CEP para compartilhamento de experiências no tratamento de questões relacionadas a conflito de interesses envolvendo altas autoridades, com vistas ao alinhamento de entendimentos e fortalecimento dos Colegiados na apreciação dessas questões. Mais informações na [página da CEP](#).

CEP assina Protocolo de Intenções com o Estado de Pernambuco

Foi assinado, no dia 7 de junho, Protocolo de Intenções entre a Comissão de Ética Pública (CEP) e a Comissão de Ética Pública do Estado de Pernambuco. Para a solenidade, o Secretário de Controle Interno da Secretaria-Geral da



Presidência da República, Edson Leonardo Sá Teles, foi recebido pelo Secretário-Executivo da Secretaria da Controladoria-Geral do Estado, Filipe Castro, e pela Presidente da Comissão de Ética Pública do Estado de Pernambuco, Clarissa Freitas.

O Protocolo assinado tem como finalidade promover ações integradas, apoio mútuo e intercâmbio de experiências, informações e metodologias relativas à gestão da ética pública no âmbito da Administração Pública federal e do Estado de Pernambuco. Entre as ações possíveis, o documento prevê a promoção conjunta de treinamentos e cursos de capacitação para agentes públicos federais e estaduais. Mais informações na [página da CEP](#).

Presidente e Secretário-Executivo da CEP recebem representantes da Comissão de Ética da CBTU

No dia 8 de junho, representantes da Comissão de Ética da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) foram recebidos pelo Presidente da Comissão de Ética Pública (CEP), Antonio Carlos Nóbrega, por seu Secretário-Executivo, Ricardo



Wagner de Araújo e pela Coordenadora-Geral do Sistema de Gestão da Ética, Clarice Knih. O encontro ocorreu nas instalações da Secretaria-

Executiva da Comissão de Ética Pública (CEP) e teve como objetivo estreitar os laços entre as duas comissões, além de oferecer à Comissão de Ética da CBTU uma visão geral do funcionamento da CEP e da estrutura da sua Secretaria-Executiva.

O Presidente Antonio Nóbrega destacou a importância desse tipo de encontro. "Cabe à Comissão de Ética Pública, como órgão central do Sistema de Gestão da Ética Pública do Poder Executivo Federal, apoiar o trabalho das setoriais, fortalecendo os vínculos entre a CEP e as demais comissões integrantes do Sistema. As comissões de ética setoriais são a base da gestão da ética na Administração Pública federal, desempenhando um papel fundamental na implantação de um serviço público ético e de qualidade", disse.

A Presidente da Comissão de Ética da CBTU, Amanda Ferreira, acompanhada por outros membros daquela comissão, aproveitou a oportunidade para dirimir dúvidas em relação aos entendimentos da CEP sobre questões relacionadas à gestão da ética, bem como sobre eventuais projetos para o fortalecimento das comissões setoriais integrantes do Sistema de Ética Pública. "Precisamos do apoio da CEP para resolver questões que dificultam o nosso trabalho nos órgãos e que, muitas vezes, podem ser resolvidas com ações simples, como mais capacitação ou com recomendações sobre gestão da ética aos dirigentes das instituições", falou.

O Secretário-Executivo da CEP fez questão de transmitir algumas orientações sobre a importância da atuação preventiva das comissões de ética setoriais, de modo a desmistificar a ideia de que a seara ética tem como principal missão a atividade repressiva. Ricardo completou dizendo que "o estímulo à orientação e à prevenção é um trabalho de mudança cultural que depende da atuação diária de todos, tanto no papel de agentes públicos como integrantes do Sistema de Gestão da Ética do Executivo Federal".

Dúvidas Frequentes das Comissões de Ética Setoriais

Dando continuidade às questões apresentadas nos meses de março, abril e maio, em junho publicamos no boletim as últimas Dúvidas Frequentes das Comissões de Ética Setoriais constantes do documento inserido na página da CEP, que foi redigido a partir de consultas encaminhadas pelas comissões. O arquivo completo está disponível [aqui](#) e pode ser atualizado a partir de novas consultas frequentes feitas à CEP.

Para ajudar as comissões de ética setoriais na análise de casos, a CEP também disponibiliza em sua página o [Ementário de Precedentes](#), que contém assuntos analisados nas reuniões mensais do Colegiado.

Se, ainda assim, persistirem dúvidas sobre o Sistema de Gestão da Ética Pública, é possível enviar consulta à CEP por meio do "Formulário de Consulta ao Sistema de Gestão da Ética Pública", via Sistema Eletrônico de Informações da Presidência da República (SEI/PR), por PETICIONAMENTO ELETRÔNICO. Mais informações [aqui](#).

DÚVIDAS FREQUENTES

sobre o Sistema de Gestão da Ética



Sobre competência da Comissão de Ética Setorial para apuração de denúncia

- Ao tomar ciência de fato ou conduta em desacordo com as normas éticas pertinentes, compete à Comissão de Ética, de ofício ou mediante denúncia, apurar a situação. No juízo de admissibilidade do caso, a Comissão deverá ponderar acerca das circunstâncias, das consequências, do alcance e do prejuízo porventura resultante da conduta, avaliando o caso concreto de acordo com a competência para tratar das questões éticas.

- Art. 2º, VI, IX e XIV, da Resolução CEP nº 10, de 29 de setembro de 2008.

Sobre vinculação da Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Setorial à instância máxima da entidade

- A alocação administrativa da Secretaria-Executiva das comissões de ética junto à instância máxima de cada órgão ou entidade justifica-se pela alta relevância que possui o trabalho de gestão da ética pública, a fim de se conferir os meios necessários para sua realização. Elevando a atribuição de gestão da ética pública ao maior nível hierárquico dos órgãos e entidades, confere-se às comissões de ética não somente a devida importância, mas, também, os meios necessários para a execução de um trabalho eficaz. A Secretaria-Executiva da Comissão de Ética deve ser vinculada à instância máxima do órgão ou entidade.
- Art. 6º e art. 7º, §1º, do Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007.

DECISÕES DA CEP

Apreciação de matérias relacionadas à competência da CEP em face de Conselheiros de Administração de estatais federais

Decisão da Comissão de Ética Pública (CEP) proferida na 238ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022, objeto do processo nº 00191.000013/2021-11, sob relatoria do Conselheiro Edson Leonardo Sá Teles, reconhece a competência do Colegiado para apreciação de matérias relacionadas a conflito de interesses em face de Conselheiros de Administração de estatais federais, conforme extrato abaixo:

"...o Colegiado, por unanimidade, considerando os fatos relatados e todo o conjunto probatório colecionado, reconheceu a competência da Comissão de Ética Pública para analisar condutas dos Conselheiros de Administração, tanto no que tange às questões relativas ao conflito de interesses, quanto à aplicação do Código de Conduta da Alta Administração Federal em razão de desvios éticos, com base no art. 2º, III, do Código de Conduta da Alta Administração, e art. 2º, III, da Lei nº 12.813, de 2013, c/c o parágrafo único do art. 16 da Lei nº 13.303, de 2016, e o art. 2º da Resolução CGPAR nº 10, de 2016..."

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

FALA, COMISSÃO!

Secretário-Executivo da CEP participa de comemoração do Dia Nacional da Ética na Embrapa

No dia 25 de maio, o Secretário-Executivo da CEP, Ricardo Wagner de Araújo, apresentou a palestra “Promoção da Ética na Administração Pública Federal: Histórico, Desafios e Perspectivas” no webinar promovido pela Comissão de Ética da Embrapa em comemoração ao Dia Nacional da Ética. Na ocasião, Ricardo Wagner falou sobre ética na Administração Pública Federal, abordando legislações afins ao tema, sobre a Comissão de Ética Pública e sobre o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal.

Entre os deveres éticos dos servidores e empregados federais, o Secretário-Executivo destacou a importância do próprio servidor conhecer e aplicar as normas de conduta ética; manter-se atualizado quanto às instruções, as normas de serviço e à



legislação pertinente às suas atividades; sempre decidir pela opção mais vantajosa para o bem comum; zelar pelos recursos públicos; facilitar a fiscalização de atos e serviços; respeitar os colegas de instituição, os colegas de outros órgãos e entidades, os cidadãos e os parceiros; além de resistir a pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las.

O encontro também contou com a participação do Diretor-Executivo de Gestão Institucional da Embrapa, Tiago Ferreira, e da Secretária-Executiva da Comissão de Ética da instituição, Quézia Christo.

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

Comissão de Ética do Ministério da Economia promove palestra sobre assédio moral e *burnout* no trabalho

A Comissão de Ética do Ministério da Economia promoveu, no dia 5 de maio, uma palestra direcionada a membros do Comitê de Gestão de Riscos, Transparência, Controle e Integridade (CRTCI) daquele órgão



sobre Assédio Moral e *Burnout* no Trabalho. A apresentação foi conduzida pela servidora lotada na Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública, Ana Maria Machado, e está disponível na [página do Ministério da Economia](#). Assista!

Mais informações: ce.me@economia.gov.br

Sua Comissão de Ética tem promovido ações e/ou eventos relacionados à Ética?

Envie para o e-mail eticase@presidencia.gov.br ações, cursos, seminários, encontros, palestras ou oficinas de interesse da Rede de Ética Pública.

Vamos juntos disseminar a cultura da Ética no serviço público!



EXPEDIENTE

**Boletim Informativo do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal
produzido pela Coordenação-Geral do Sistema de Gestão da Ética da Secretaria-
Executiva da Comissão de Ética Pública**

Edição 47 – Junho de 2022

Secretário-Executivo:

Ricardo Wagner de Araújo

Coordenação-Geral do Sistema de Gestão da Ética:

Clarice Knihs – Coordenadora-Geral

Ana Maria Machado Marques

Eliane de Godoi Menezes

Natália Roberta de Sousa Morato

Maria Eduarda Teixeira Borges (Estagiária)

Elaboração e revisão de textos do Boletim:

Ana Maria Machado, Clarice Knihs, Natália Morato

Minuto da Ética:

Ana Maria Machado (SECEP)

Imagens:

Fotos da Posse: Eduardo Menezes - ASCOM/SG

Demais imagens: Arquivo SECEP

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

Palácio do Planalto, Anexo III, Ala B, sala 209, CEP 70.150-900 Brasília/DF | (61) 3411-2952/2924
<http://etica.planalto.gov.br>